



**XV CONCURSO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª PROVA (21 de junho de 1997)

PROVA TIPO 1

1. Como se distribui o ônus probatório em matéria versante sobre relação de emprego? (*Processo do Trabalho - Ponto 05*)
2. A falta ou nulidade da notificação-citatória de reclamado revel na fase de conhecimento pode ser arguida em embargos à execução, com base no art. 741, inc. I, do C.P.C., por aplicação supletiva ao Processo do Trabalho, na forma do art. 769, da C.L.T., ou é cabível outro remédio processual? (*Processo do Trabalho - Ponto 08*).
3. Estando ausente o empregado-reclamante na audiência de prosseguimento (também chamada de instrução) com audiência fracionada, inobstante regularmente ciente de sua realização, pode seu advogado validamente requerer a oitiva de testemunhas presentes e formular-lhes perguntas? (*Processo do Trabalho - Pontos 03 e 05*).
4. Como se processa a execução de parcelas sucessivas por prazo indeterminado e qual a eficácia da coisa julgada neste caso? (*Processo Civil - Ponto 08*).
5. Diferencie renúncia de transação, definindo-as. Enuncie os pressupostos de validade de ambos os institutos no Direito do Trabalho (*Direito do Trabalho - Ponto 01*).
6. Cláusula de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, pactuando jornada itinerante inferior àquela efetivamente despendida pelo empregado é eficaz diante dos Enunciados do C. TST a respeito da matéria? Fundamente em face da regra constitucional inserida no art. 7º, inc. XXVI, da CF/88 (*Direito do Trabalho - Ponto 23*).
7. Empregado detentor de garantia de emprego (estabilidade provisória) tem direito à indenização em caso de extinção da empresa? Fundamente (*Direito do Trabalho - Ponto 21*).
8. Diferencie quanto aos danos causados a terceiros, a responsabilidade civil do Estado e do servidor público (*Direito Administrativo- Ponto 05*).
9. Explique em que condições é lícito o uso da analogia para a integração da norma jurídica (*Direito Civil - Ponto 03*).
10. Explique em que condições é lícito a lei retroagir seus efeitos (*Direito Civil- Ponto 04*).



**XV CONCURSO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª PROVA (21 de junho de 1997)

PROVA TIPO 2

1ª Questão (*Direito do Trabalho - Ponto 16*)

a) Quais os fatores que genericamente legitimam a transferência de local da prestação de serviços do empregado?

b) Transferência de emprego próxima à data-base da categoria antes de concessão de aumento salarial por Dissídio Coletivo abrangente da localidade anterior da prestação de serviços, contraria o artigo 468, da Consolidação das Leis do Trabalho?

2ª Questão. Como se adequa a exigência do art. 7º, inciso XIII, da Lei Maior, no que concerne à compensação de horários em relação às pessoas jurídicas de Direito Público? (*Direito do Trabalho - Ponto 14*).

3ª Questão. É válida cláusula de acordo coletivo de trabalho, convenção coletiva de trabalho e decisão normativa que endereçam natureza indenizatória à ajuda-alimentação? (*Direito do Trabalho - Ponto 23*).

4ª Questão. Qual o momento oportuno para a arguição de nulidade no Processo do Trabalho, em fase de conhecimento? Indique na resposta os entendimentos mais adotados e seus respectivos fundamentos. (*Processo do Trabalho - Ponto 07*).

5ª Questão. Pretendendo o reclamado alegar em sua resposta a inexistência de vínculo de emprego, deve arguir preliminar de carência de ação por impossibilidade jurídica do pedido, ilegitimidade passiva, incompetência da Justiça do Trabalho, ou deve



levantar o tema como questão de mérito? Responda examinando e fundamentando cada uma das hipóteses (*Processo do Trabalho - Pontos 03 e 05*).

6ª Questão. O falecimento do reclamante-exequente implica na necessidade de suspensão do processo de execução e regularização da representação no pólo ativo da relação processual, via inventário e espólio? (*Processo do Trabalho - Ponto 08*).

7ª Questão Defina a competência segundo o critério funcional e esclareça o critério de distinção para os seus aspectos horizontal e vertical (*Processo Civil - Ponto 01*).

8ª Questão. Explique em que condições é lícita a acumulação remunerada de cargos públicos na Administração Pública Federal (*Direito Administrativo- Ponto 09*).

9ª Questão. Em que condições o erro constitui causa de anulabilidade dos atos jurídicos? Justifique. (*Direito Civil- Ponto 06*).

10ª Questão. É lícito o Juiz reduzir a cláusula penal estipulada em contrato pelas partes? Justique, fundamentando a resposta. (*Direito Civil- Ponto 13*).



**XV CONCURSO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

2ª PROVA (21 de junho de 1997)

PROVA TIPO 3

1ª Questão (Direito do Trabalho - Ponto 19)

- a) Qual a origem histórica do instituto do aviso prévio?
- b) Pode ser ministrada justa causa pelo empregador em razão de ato faltoso praticado pelo empregado no curso do aviso prévio?

2ª Questão (Direito do Trabalho - Ponto 16)

Empregado postula diferenças decorrentes de alteração unilateral de percentual pactuado para comissões, ocorrida em 06 de outubro de 1988, de 10% para 5%, tendo sido despedido em 08 de agosto de 1990. Ajuizou ação trabalhista em 07 de junho de 1992, que foi arquivada por ausência do reclamante à audiência inaugural. Renovada a instância em 05 de novembro de 1993, deduzindo a mesma pretensão, a ré invoca a prescrição. Indaga-se:

- a) Consumou-se a prescrição bienal, contada da extinção do contrato de trabalho? Justifique.
- b) Consumou-se a prescrição quinquenal em relação à alteração aventada? Justifique.

3ª Questão Diferencie suspensão de interrupção do contrato de trabalho, apontando 3 hipóteses para cada um dos institutos (*Direito do Trabalho - Ponto 17*).

4ª Questão. Qual a natureza jurídica da chamada “pena de confissão”, quais os seus efeitos sobre a matéria probatória e qual o momento oportuno para a sua “aplicação”? (PROCESSO DO TRABALHO - Ponto 05)



5ª Questão Em caso de falência da parte executada, em processo de execução trabalhista, como se situa a questão da competência da Justiça do Trabalho frente ao Juízo Falimentar? Exponha e fundamente os argumentos adotados pelas correntes existentes na controvérsia. (PROCESSO DO TRABALHO - Pontos 02 e 08)

6ª Questão. Qual o remédio recursal cabível contra decisão final proferida em primeiro grau, em Liquidação por Artigos e Embargos de Terceiro, no Processo do Trabalho? (PROCESSO DO TRABALHO - Ponto 06)

7ª Questão. Defina e diferencie Ação, Jurisdição e Processo, segundo a teoria adotada pelo C.P.C. vigente. (PROCESSO CIVIL - Pontos 01 a 03)

8ª Questão. Explique quais os limites do Poder Regulamentar conferido à Administração Pública. (DIREITO ADMINISTRATIVO- PONTO 04)

9ª Questão. Explique quais os pressupostos para se invocar a compensação como causa de extinção recíproca entre obrigações. (DIREITO CIVIL- PONTO 15)

10ª Questão. Nos contratos de empreitada de edifícios, explique em que consiste a responsabilidade civil do empreiteiro pela solidez e segurança do trabalho. (DIREITO CIVIL- PONTOS 16 E 17)